

ser contrarrestado pela elevação da produtividade **física interna**. A não ser que esta elevação de produtividade seja tamanha que supere o diferencial de produtividade do Brasil em ferro e café.

Como bem alerta Hirshman no texto referido, só há uma forma de escapar da tendência à estagnação das regiões que apresentam características edafoclimáticas e disponibilidade de recursos minerais similares ao de um competidor externo: a secessão. O que empresta racionalidade (e, no limite, explica) os movimentos (quase) secessionistas gaúchos, como **a Revolução Farroupilha e a Revolução Federalista**. Estes movimentos são o reflexo de diferenças produtivas que inviabilizam o “reconhecimento social” (via preços mediados pelo câmbio) da competitividade/produtividade da produção sul-brasileira de charque, trigo, lã, lácteos e vinhos.

Evidentemente, não se trata de pretender que as leis da divisão internacional e inter-regional do trabalho se imponham de forma inexorável. Mas trata-se, isto sim, de entender que: 1) nenhum país pode apresentar vantagens **relativas** em todos os produtos; 2) a ampliação das vantagens **absolutas** (produtividade) na produção de um bem qualquer **não** se converte em vantagens de preço no comércio internacional se não for, também, uma vantagem **relativa**; e 3) a integração econômica de países com perfis produtivos distintos induz à desestruturação dos sistemas produtivos relativamente menos vantajosos; e 4) esta especialização tem impactos dinâmicos distintos (quando não antagônicos) sobre as distintas regiões dos países envolvidos no processo.

Capítulo 2

Determinantes da Dinâmica Regional

Região X Nação

Tal como vimos no capítulo anterior, a distinção ricardiana entre vantagens absolutas – definidoras da divisão inter-regional do trabalho – e vantagens relativas – definidoras da divisão internacional do trabalho – é o alicerce primeiro da Economia Regional. O que já implica reconhecer que, **para a Ciência Econômica** (ainda que **não** para as demais Ciências Sociais), **a região é, necessariamente, um território sub-nacional**. E o que determina a **nação** do ponto de vista da Economia é a existência de uma organização particular – o Estado Nacional – que regula o fluxo (limitando os movimentos de ingresso do exterior e de saída para o exterior) de recursos financeiros, materiais e humanos. Para tanto, conta com diversos instrumentos legais, fiscais e aduaneiros, dentre os quais se salienta a unidade monetária própria e a capacidade de influenciar a relação entre preços internos e externos via taxa de câmbio. **Qualquer Estado que abra mão (voluntariamente ou não) dos instrumentos de controle do fluxo de recursos com**

as nações vizinhas e, em particular, que perca sua autonomia monetário-cambial deixa de cumprir as funções que definem o território sobre o qual exerce suas funções regulatórias como uma “nação” em sentido econômico rigoroso. E isto na medida em que o território que se torna parte de uma unidade monetária e aduaneira perde autonomia na determinação de seu perfil produtivo, sendo induzido a produzir tão somente aqueles bens nos quais apresenta vantagens absolutas⁷.

Vale observar que aqui parece se encontrar o núcleo legítimo da pretensão (essencialmente equivocada) de que a teoria das vantagens relativas de Ricardo seja uma construção eminentemente ideológica. Afinal, uma derivação lógica desta teoria é de que **as desigualdades regionais tendem a ser mais profundas e mais difíceis de superar do que as desigualdades internacionais**. Mas, de fato, esta conclusão só é rigorosamente verdadeira se se faz acompanhar de uma hipótese muito forte: a hipótese de que as distintas nações adotam padrões institucionais (vale dizer: culturais, políticos, competitivos, etc.) similares. Ora, esta suposição é essencialmente irrealista e só pode ser admitida no interior de exercícios de modelagem com fins estritamente analíticos⁸. Não obstante – e este é o ponto para o qual queremos chamar a atenção – mesmo quando reconhecemos que as diferenças institucionais são a regra (e não a exceção) e limitam a exploração positiva das vantagens (meramente) relativas por parte da periferia, duas conclusões permanecem válidas: **1) que a questão das desigualdades regionais é de natureza distinta das desigualdades internacionais; 2) que o enfrentamento das desigualdades regionais é tão ou mais grave do que as desigualdades internacionais**.

Desenvolvimento desigual associado

Ricardo, Myrdal e Hirschman explicam porque as desigualdades regionais são tão persistentes. Mas não é preciso ler estes autores para adquirir consciência da gravidade do problema. Esta consciência foi se disseminando a partir dos recorrentes fracassos de políticas nacionais de enfrentamento dos desequilíbrios regionais assentados em estímulos fiscais e financeiros à instalação de empresas nos territórios subdesenvolvidos com vistas a compensar seus maiores custos relativos⁹. De qualquer forma, se queremos ir além desta consciência crítica é preciso recuperar o tema do **desenvolvimento** de uma perspectiva que emergiu na literatura econômica antes mesmo de Ricardo; a perspectiva cara a Smith, a perspectiva da integração desigual associada. Senão vejamos.

A teoria ricardiana do desenvolvimento capitalista é amplamente conhecida e corresponde, em essência, ao senso comum moderno sobre o tema. Para Ricardo a acumulação de capital (e, por extensão, o crescimento econômico) é tão compulsiva para o empresário capitalista, quanto o consumo é compulsivo para o trabalhador. Donde duas conclusões são extraídas: 1) é impossível que a oferta global exceda a demanda global e, portanto, é impossível que o sistema entre em colapso por superprodução; 2) o único limite ao crescimento continuado do sistema é a carência de recursos naturais (esgotamento das terras e das minas mais próximas e mais produtivas). A única forma de superar os limites de produção definidos pelos recursos escassos é pelo **progresso técnico poupador de trabalho e/ou insumos** e pelo desenvolvimento da **infraestrutura** de transportes (e demais serviços necessários à produção) que viabiliza a ocupação e exploração econômica de territórios distantes, na fronteira geoeconômica. As políticas públicas mais efetivas na promoção do

desenvolvimento, portanto, seriam: 1) a promoção do progresso técnico através do apoio à pesquisa básica (nas Universidades) e à pesquisa aplicada (em empresas “hightech”, com ênfase nas voltadas à produção de maquinário poupador de mão de obra); e 2) a melhoria da infraestrutura logística e dos serviços industriais de utilidade pública de uso universal (energia, comunicações, etc.)¹⁰.

A força do modelo ricardiano é atestada pela sua resiliência temporal e por sua aceitação disseminada no mais amplo espectro ideológico. A pretensão de que o desenvolvimento se assenta sobre o tripé “recursos naturais” (cuja depleção, bradam 9 em cada 10 ecologistas contemporâneos, levará à crise global), “infraestrutura” (com ênfase na logística, na energia e nos “sistemas informacionais”) e “tecnologia” (em especial, a poupadora de recursos, inclusive trabalho) é puro senso comum. Dez entre dez não-economistas (e uma percentagem não desprezível de economistas) adotam o simplório modelo e o programa ricardiano.

A despeito de escrever quase meio século antes de Ricardo, Smith tinha uma concepção muito mais complexa do processo de desenvolvimento mercantil. Já no primeiro capítulo de *A Riqueza das Nações* – numa clara antecipação das contribuições basilares de Marx, Marshall e Schumpeter – Smith se volta à demonstração de que o progresso técnico não é o ponto de partida, mas um desdobramento do processo de desenvolvimento, cuja origem se encontra alhures. Mais especificamente, Smith procura demonstrar que as inovações de processo produtivo são desdobramentos do aprofundamento da divisão do trabalho na medida em que esta: 1) amplia os mercados, abrindo espaço para a ampliação da produção e para a introdução de padrões mais especializados de trabalho; 2) simplifica e rotiniza o processo de trabalho e consolida a *expertise* de trabalhadores e gestores técnicos. Nos termos consagrados

pela literatura neo-schumpeteriana, a inovação smithiana pressupõe, simultaneamente, estímulos de demanda (*demand pull*) e competências de oferta (*supply push*). E as competências de oferta: 1) são conquistadas no trabalho¹¹ (*learning by doing*); e 2) usualmente mobilizam recursos e conhecimentos já existentes, não pressupondo qualquer progresso técnico-científico em sentido rigoroso¹².

Em suma: por oposição ao tecnicismo de Ricardo, o desafio do desenvolvimento para Smith – como bem o demonstrou Stigler (1951), em trabalho clássico sobre a teoria deste autor –, é a **limitação** (atual e projetada) **dos mercados locais** à adoção de padrões mais eficientes de produção. Pois é só

“a certeza de poder trocar o excedente de sua produção, depois de satisfeita as suas necessidades, pelo excedente da produção dos outros homens que leva cada homem a dedicar-se a uma única tarefa e a desenvolver e aperfeiçoar qualquer talento ou habilidade que possua para um dado tipo de atividade” (Smith, 1988, p.14).

Ora esta certeza só existe em territórios onde a divisão do trabalho já atingiu um certo patamar. Pois:

“existem alguns tipos de indústria, mesmo as mais insignificantes, que só podem desenvolver-se numa grande cidade. Um carregador, por exemplo, só aí poderá encontrar emprego e meios de subsistência. Uma aldeia será demasiado pequena para lhe garantir ocupação constante” (Smith, 1978, p. 17).

Nos territórios onde a divisão do trabalho ainda é incipiente, a única certeza é da **inexistência** de um mercado local consistente com a escala e a tecnologia (via de regra, amplamente conhecida e facilmente replicável) mais eficiente. Nas palavras do autor:

“É impossível a existência de um negócio específico, nem que seja o de simples fabricante de pregos, nas remotas regiões interiores das terras altas da Escócia. Um trabalhador que fabricasse mil pregos por dia fabricaria, em trezentos dias de trabalho, trezentos mil pregos; mas nessas regiões seria impossível vender um único milhar de pregos por ano, isto é, o trabalho de um único dia” (Smith, 1978, p. 17).

Em suma: para Smith, o problema do desenvolvimento é que ele é função dele próprio. Esta dependência se expressa no “loop funcional” sintetizado abaixo:

Riqueza = f1 (Produtividade)

Produtividade = f2 (Divisão do Trabalho)

Divisão do trabalho = f3 (Tamanho do Mercado)

Tamanho do Mercado = f4 (Divisão do Trabalho); de sorte

Divisão do Trabalho = f3-f4 (Divisão do Trabalho)

Desde logo, cabe observar o caráter inóbvio do problema de Smith. Sem contar com todos os instrumentos analíticos necessários à demonstração de sua tese, ele buscou expor um problema de grande complexidade: **a existência de múltiplos equilíbrios de Nash em um sistema onde os agentes podem adotar distintos padrões de especialização (e, complementarmente, de**

autarquização) produtiva. E Smith defende o ponto de vista de que, em condições de incerteza, os agentes deveriam privilegiar a solução que maximiza o pior rendimento possível (método maxmin), o que faz o sistema-jogo convergir para um grau mínimo de divisão do trabalho e produtividade¹³.

Igualmente inóbvio e analiticamente incontestável é a solução apontada por Smith para este “loop funcional”: a integração de mercados periféricos a mercados maiores e já consolidados¹⁴. Segundo o autor – que demonstra uma refinada percepção de historicidade – este processo se realiza de forma desigual e combinada, redundando na emergência de uma hierarquia de territórios. Nas palavras de Smith:

“Como através dos cursos de água é possível efetuar um maior comércio de todos os produtos do que através do transporte por terra, é ao longo da costa marítima e das margens dos rios navegáveis que todos os tipos de indústria começam naturalmente a subdividir-se e a desenvolver-se; de um modo geral, este desenvolvimento só se estende às regiões interiores muito tempo depois” (Smith, 1978, p. 17 e 18).

Smith não é cego para a **possibilidade** da integração da (emergente) periferia aos grandes mercados urbanos se **desdobrar** em satelitização. E isto, em particular, na medida em que a periferia tende a se especializar, primeiramente, naquela produção para a qual conta com vantagens (absolutas) sobre os polos urbanos: a agropecuária. E, para Smith:

“A natureza da agricultura não admite tantas subdivisões de trabalho nem uma tão acentuada divisão entre os diferentes ramos da produção como a que se verifica

na indústria. Não é possível separar com tanta nitidez o trabalho do criador de gado do cultivador de cereais como o do ferreiro e do carpinteiro. A fiação raramente é executada pelo tecelão; mas é normalmente o mesmo homem que lavra a terra, que a trabalha com a grade, que a semeia e que, mais tarde, faz a colheita. Como as ocasiões em que cada um desses tipos de trabalho deve ser realizado dependem das estações do ano, é impossível que um único homem esteja constantemente empregado num deles” (Smith, 1978, p. 8).

A reversão da satelitização dependeria, portanto, da possibilidade de se avançar, de um sistema originalmente centrado na especialização e exportação de produtos agropecuários, para um sistema diversificado, com a maior parte da produção voltada ao mercado interno¹⁵. Só que, em Smith, a satelitização não passa de uma possibilidade, não chegando a se constituir rigorosamente em **tendência**. E isto, acima de tudo, porque Smith associa o amadurecimento das economias capitalistas ao crescente esgotamento de oportunidades de investimento lucrativo, o que induz a uma crescente canalização do excedente para a periferia¹⁶. Mas também porque Smith tem uma perspectiva bastante crítica da condição de vida das populações periféricas (e, por extensão, das desigualdades territoriais) antes do processo de integração. Esta, ao permitir que (pelo menos) uma atividade se estruture na escala e na tecnologia que maximiza a produtividade do trabalho, funciona como catalisador da emergência de outras atividades mercantis especializadas no território, voltadas ao atendimento das necessidades daqueles trabalhadores que deixaram de produzir para o próprio consumo.

Somente no século XX, a partir da sistematização e aprofundamento do modelo smithiano por Douglass North, se alcançará determinar teoricamente os fundamentos técnico-

econômicos dos distintos desdobramentos (autonomia X satelitização) da integração periférica. Este é, justamente, o tema da próxima seção. Antes de avançarmos, porém cabem duas observações.

A primeira é que a perspectiva de Smith é evolucionista dialética. É evolucionista porque, tanto os polos, quanto as periferias, quanto o padrão de interação entre os mesmos, mudam qualitativamente ao longo do tempo. É dialética (por oposição a um evolucionismo etapista e mecanicista) porque os resultados desta interação não estão pré-determinados. A despeito da integração periférica pressupor hierarquia e heterogeneidade desde o início, o padrão de relação entre os elos espaciais do sistema pode (e deve) se alterar, estando aberta, inclusive, a possibilidade de inversão de funções¹⁷.

A segunda observação é que – tal como o demonstra Stigler, no texto já referido – a perspectiva econômica de Smith pressupõe o reconhecimento de que: 1) o sistema competitivo é imperfeito e as firmas se deparam com uma demanda restrita (negativamente inclinada); e, portanto, que 2) a busca de novos mercados é uma estratégia crucial para a superação dos gargalos de demanda efetiva local e/ou regional. Em suma: o ponto de vista de Smith é muito mais próximo do ponto de vista contemporâneo, de inflexão keyneso-shumpeteriana, do que do ponto de vista clássico de inflexão ricardiano-marginalista. Só que não se trata, aqui, de uma mera antecipação intuitiva e impressionista. Ao introduzir a perspectiva do território, Smith abre espaço para uma nova modelagem da dinâmica na qual as exportações ganham proeminência sobre os investimentos enquanto variável de gasto autônomo dinamizador da renda. Este é o nosso objeto na próxima seção.

Exportações e determinação da dinâmica regional

A despeito das inúmeras diferenças metodológicas e teóricas, Smith e Ricardo convergem em um ponto crucial: as regiões (em especial, diria Smith, as regiões novas ou periféricas) são significativamente mais especializadas do que as nações. Além disso, independentemente de abraçarmos a perspectiva pessimista (da Cepal e de Myrdal) da “causação circular cumulativa” ou a perspectiva mais otimista (que associamos a Smith) da indeterminação relativa da evolução das relações entre polos urbanos e periferia rural/suburbana, em ambas as perspectivas, admite-se que a produção de máquinas e bens de capital tende a se concentrar em alguns poucos polos urbanos caracterizados pela elevada diversificação produtiva.

Em dois trabalhos seminais dos anos 50 (North, 1955; North, 1959) o grande mestre do novo institucionalismo norte-americano resgata as teses de Smith e Ricardo sobre a especialização produtiva regional e as desdobra logicamente (sem, contudo, formalizá-las) com base na teoria pós-keynesiana de determinação da renda¹⁸. Abaixo, formalizamos o modelo de North em termos kaleckianos.

Dado que a oferta global é idêntica à demanda global¹⁹ e que a oferta corresponde ao produto interno bruto (PIB) mais as importações (M), se classificamos a demanda em seus componentes básicos - consumo dos trabalhadores (Cw), consumo capitalista (Ck), bens de capital para investimento (I), demanda do Governo (G) e demanda externa de bens e serviços exportáveis (X) -, temos:

$$PIB + M \equiv Cw + Ck + I + G + X^{20}$$

De sorte que o Produto Interno Bruto é idêntico às categorias de demanda menos as importações:

$$PIB \equiv Cw + Ck + I + G + X - M$$

Ora, tudo o que é produzido gera uma renda (Y), seja para os empresários que auferem lucros (P), seja para os trabalhadores cujos serviços os empresários contratam em troca de salários (W)²¹, seja para o Estado, que arrecada tributos (T). De sorte que:

$$PIB \equiv Y \equiv P + W + T \equiv Cw + Ck + I + G + X - M$$

Na avaliação do produto social e da renda estão incluídos, acima, os serviços gratuitos fornecidos pelo Estado, tais como educação pública, saúde pública e segurança. Mas estes serviços são de caráter universal, de sorte que, via de regra, temos uma avaliação mais acurada dos diferenciais de qualidade de vida e do potencial de acumulação e crescimento de distintos territórios quando focamos exclusivamente na renda monetária que fica à disposição dos cidadãos após o pagamento de impostos e cuja alocação é definida exclusivamente por eles. Chamamos esta parcela de “renda disponível” (Yd). Em consonância com a terceira equação acima, temos que a renda disponível corresponde a:

$$Yd \equiv Y - T = P + W \equiv Cw + Ck + I + (G-T) + X - M$$

Até aqui, nos movemos no interior da modelagem (pós) keynesiana convencional. Mas **North vai introduzir uma inovação radical a este sistema teórico ao diferenciar a propensão a importar das distintas variáveis de gasto**. Tomando por referência a teoria clássica do desenvolvimento regional – cuja principal conclusão é a de que as regiões são mais especializadas do que as nações – North vai diferenciar a propensão **regional** a importar do consumo dos trabalhadores, do consumo capitalista, dos investimentos e das exportações (regionais). Numa primeira (e ainda insuficiente) aproximação, North vai pretender que, as regiões periféricas (no sentido definido anteriormente: regiões incorporadas tardiamente ao sistema mercantil) importem a totalidade dos bens de capital (máquinas e bens de produção, tais como cimento, aço, vidro, etc.) e dos bens de consumo capitalista (carros de luxo, tecidos finos, alimentos sofisticados) e produzam localmente os bens nos quais se especializam e que exportam para outras regiões (X), assim como os bens consumidos pelos trabalhadores (Cw). Neste caso

$$M = Ck + I; \text{ e, por extensão}$$

$$Yd = P + W = Cw + X + (G-T)$$

Suponhamos agora que os trabalhadores – tomados enquanto classe, e não enquanto indivíduos – não alcançam poupar e investir²², de sorte que os seus salários (W) são totalmente canalizados para o consumo (Cw). Neste caso

$$W = Cw$$

Suponhamos, ainda, que a distribuição de renda é uma

variável bastante estável no sistema²³, de sorte que a participação dos salários na renda toma a forma de um parâmetro “w” tal que

$$W / Yd = w$$

$$Yd = P + w Yd = w Yd + X + (G-T)$$

$$Yd - w Yd = Yd (1 - w) = P = X + (G-T)$$

Suponhamos, por fim, que o orçamento esteja equilibrado, de sorte que os gastos governamentais (G) sejam idênticos à tributação (T). Neste caso:

$$G - T = 0$$

$$Yd (1 - w) = X$$

$$Yd = X / (1 - w)$$

A última equação acima nos diz que a renda disponível da população dos territórios periféricos é função de apenas duas variáveis: o valor das exportações (X) e a distribuição da renda (w). O papel das **exportações** – que, lembremos, refere-se à produção destinada a outras regiões do mesmo país ou para outros países – é claro: são elas que permitem a superação do “loop funcional” de Smith e a especialização de um grupo de trabalhadores em atividades mercantis. Em função de se situarem na origem do processo de desenvolvimento (no sentido de Smith) e de serem a única parcela de demanda autônoma que gera rendimento para a comunidade (de sorte que $P = X^{24}$), North chama as atividades voltadas à exportação de “atividades básicas”. Nós mesmos preferimos chamá-las de **atividades propulsivas**.

A função da distribuição da renda é definir o grau de multiplicação interna das atividades propulsivas²⁵. Quanto maior a percentagem dos salários na renda²⁶, tanto maior o estímulo às atividades domésticas voltadas ao atendimento das demandas de consumo da população trabalhadora local. Chamamos as atividades voltadas ao atendimento do consumo local de “atividades reflexas ou multiplicativas”.

Ora, quanto maior o multiplicador das atividades propulsivas tanto maiores serão as escalas (e as economias internas e externas) das atividades voltadas ao atendimento das demandas locais de consumo. E tanto maiores serão as possibilidades destas atividades virem a se desenvolver como (novas) atividades propulsivas, porquanto voltadas não mais apenas ao mercado local, mas também voltadas ao atendimento de demandas externas. **A distribuição da renda é, pois, a primeira determinação da tendência da economia periférica à satelitização ou à diversificação produtiva e autonomia crescente.** Quanto mais concentrada a renda, tanto menores as chances da economia periférica superar a monocultura de exportação e ingressar em um processo de diversificação produtiva e autonomização dinâmica.

A segunda determinação central da satelitização ou diversificação autonomizante das economias regionais periféricas é o padrão de encadeamento (grau de integração vertical) das atividades propulsivas no território²⁷. Para que se entenda este ponto, é preciso introduzir uma pequena complexificação ao modelo anterior. Acima, assumimos a hipótese extrema de que a propensão a importar dos investimentos e do consumo capitalista fosse plena enquanto a propensão a importar das atividades de exportação e do consumo dos trabalhadores fosse nula. Vamos flexibilizar estas hipóteses gradualmente ao longo deste trabalho. Mas desde já cabe abandonar a pretensão de que a totalidade

do valor dos bens exportados seja apropriada pelos agentes produtores locais. Na realidade, para produzir o(s) bem(ns) exportado(s) são necessários alguns insumos que, usualmente, não são produzidos nas regiões periféricas; pelo menos não quando o processo de integração tem início. Além disso, a produção regional para exportação pode assumir diversas formas, a depender do grau de beneficiamento no território das matérias-primas locais. Uma região florestal deve desenvolver alguma indústria madeireira. Mas é muito distinto exportar caules secos sem tratamento, madeira tratada, madeira processada ou produtos de madeira (móveis, por exemplo). Em termos formais, isto envolve alterar a equação de determinação da renda disponível (Y_d) impondo um parâmetro β ao valor das exportações, de sorte que:

$$Y_d = \beta X / (1 - w)$$

O β será tanto maior quanto mais integrada for a cadeia produtiva da atividade propulsiva. Somente no caso do conjunto dos insumos utilizados na produção agropecuária de exportação ser produzido regionalmente, o β será igual à unidade²⁸.

O que importa entender, contudo, é que este processo de integração vertical (encadeamento) e agregação de valor não é função apenas do tempo de maturação das cadeias. E isto porque distintas matérias-primas (em especial, os produtos agropecuários²⁹) solicitam distintos graus de beneficiamento mínimo para serem transportadas. Além disso, os insumos utilizados na produção e no beneficiamento mínimo de distintas produções agropecuárias são distintos e comportam exigências de escala e de domínio tecnológico igualmente distintos. E o resultado destas diferenças é a maior ou menor internalização na

região periférica dos distintos elos da cadeia produtiva do bem exportado. Alguns exemplos empíricos ajudarão a compreender o argumento de North.

O Rio Grande do Sul é o estado mais meridional do Brasil e seu desenvolvimento histórico esteve (e ainda está) associado a distintas cadeias agroindustriais que vicejam em distintas porções do seu território, como a pecuária bovina e orizícola no pampa (Metade Sul), a produção fumicultora nas colônias alemãs da Depressão Central, a produção de grãos (sojícola e tritícola) no Planalto noroeste e a produção vitivinícola na serra do nordeste. Estas distintas especializações resultaram em processos igualmente distintos de integração vertical da produção agroindustrial. Senão vejamos.

Tendo em vista o caráter particularmente acidentado das terras da Serra nordestina a opção produtiva natural foi pela agricultura permanente. Dadas as características edafoclimáticas da região e a cultura dos primeiros colonizadores (de origem italiana) a videira consagrou-se como opção produtiva dominante desde os primeiros anos de ocupação do território. Mas esta é uma fruta particularmente frágil, que não podia ser transportada *in natura* pelas rotas terrestres existentes na transição do século XIX para o XX. O que impôs, desde os primórdios da integração, o desenvolvimento de uma **indústria vinícola** voltada ao beneficiamento e à agregação de valor ao produto agropecuário de exportação. E como os principais insumos da produção vitivinícola (mudas, enxadas, tesouras de poda, barris de madeira, etc.) podem ser produzidos artesanalmente (vale dizer: em escala relativamente pequena) **a produção serrana transitou precocemente da agropecuária especializada para a agroindústria relativamente diversificada.**

Aproximadamente no mesmo período, as colônias alemãs da Depressão Central (situadas entre os municípios de Agudo e Venâncio Aires e nucleadas por Santa Cruz do Sul) encontraram na fumicultura o seu nicho preferencial de inserção mercantil. E não parece haver espaço para dúvidas de que a rentabilidade desta atividade na virada do século XIX para o XX era bastante superior à rentabilidade da produção vitivinícola serrana. Não obstante, o processo de diversificação produtiva do território ficou truncado. E isto, em grande parte, pelas características da produção fumicultora que inviabiliza a internalização no território dos principais elos a jusante e a montante da produção de tabaco. Os elos finais (produção de cigarros e assemelhados) tendem a se localizar no entorno dos centros consumidores, com vistas a minimizar os custos de transporte³⁰. E os principais insumos industriais utilizados na produção de tabaco são compostos químicos que se beneficiam de escala e tendem a se localizar nas zonas industriais dos polos urbanos que contam com sistemas logísticos multimodais.

A internalização dos distintos elos da cadeia e a diversificação produtiva da região graneleira do Planalto Noroeste não foi tão bem sucedida quanto na Serra, nem tão mal sucedida quanto na região fumageira. Na realidade, a integração a montante foi um grande sucesso, com a emergência de um dinâmico setor de máquinas e implementos agrícolas. Mas a integração à jusante foi cerceada pelas características do mercado sojícola. A soja é um grão tão plástico, permitindo formas tão variadas de aproveitamento que, usualmente, os compradores preferem obtê-la *in natura*. Além disso, os produtos mais comuns da soja – tais como óleo, leite, proteína e farelo para ração animal – apresentam custos de transporte mais elevados do que a soja a granel. O que dificulta sobremaneira a agregação de valor à jusante, pois o comprador só aceita adquirir a soja processada se os elevados custos de transporte

forem assumidos pelo vendedor. O que usualmente torna inefetiva a tentativa de agregação local de valor ao produto básico.

Evidentemente, ao trazer à luz a relação entre as características das distintas cadeias produtivas e os processos de integração vertical nos territórios periféricos, North não está pretendendo que o sucesso ou insucesso da diversificação produtiva periférica seja determinado “tecnicamente”. Pelo contrário: **a identificação de circunscrições técnicas à internalização dos elos iniciais e finais de uma determinada cadeia produtiva desvela (mais) uma insuficiência do mercado enquanto instrumento de integração equitativa e equilibrada das regiões periféricas a seus polos dinamizadores e reforça a necessidade de planejamento público.** Foi o mercado que induziu Santa Cruz do Sul e o Planalto Noroeste à especialização em tabaco e soja. Da perspectiva de North, caberia, agora, aos agentes públicos induzir, de forma consciente e planejada, a diversificação produtiva que o mercado não se mostrou plenamente capaz de realizar.

Não obstante, o sistema smitho-northiano não **parte** do apelo ao Estado como os modelos exogeneistas de Myrdal ou Perroux. Seu ponto de partida é a pretensão de que a integração da periferia aos polos dinâmicos usualmente se realiza através dos estímulos de mercado e, portanto, sem a necessidade de subsídios governamentais. E sequer se pode pretender que a exportação – por ser um gasto autônomo – seja determinada exogenamente. A exportação só é rigorosamente autônoma com relação à renda interna à região³¹. Mas, ao contrário do investimento – que é definido exclusivamente pela empresa inversora – **exportar é, também, uma decisão do vendedor.** Não gratuitamente, Schumpeter classifica a conquista de novos mercados como uma das cinco inovações fundamentais.

Definida uma base exportadora, a economia passará por um processo de diversificação através da internalização de atividades voltadas ao atendimento das demandas de consumo da população local **que será tão maior quanto melhor distribuída for a renda e a riqueza nos territórios periféricos.** O que, mais uma vez, comporta opções e decisões políticas e estratégicas endógenas.

E a conclusão do modelo é que, mesmo se a especialização inicial circunscrever a integração vertical da cadeia produtiva e a emergência de novos produtos de exportação, desde que a segunda etapa (diversificação de consumo) tenha sido levada suficientemente longe, a região periférica contará com recursos financeiros e humanos suficientes para **planejar e administrar a diversificação** de sua pauta exportadora a partir da identificação de alternativas com maior potencial propulsivo de longo prazo. Vale dizer, **o sistema analítico smitho-northiano é, rigorosamente, um sistema de desenvolvimento endógeno. Na realidade, do nosso ponto de vista, é o único sistema teórico de desenvolvimento regional que merece, genuinamente, esta caracterização.**

Capítulo 3

A regionalização consistente com o planejamento do desenvolvimento territorial endógeno.**Modifiable Areal Unit Problem (MAUP)**

A percepção de que as estatísticas espacialmente referidas são função do padrão de divisão/agregação territorial eleito pelo analista é tão antiga quanto os próprios estudos espaciais. Todo o capítulo quarto do *Aritmética Política* de William Petty ([1690] 1983) é dedicado à demonstração de que a comparação entre os territórios dos reinos da Inglaterra e França não é uma questão trivial, dependendo da opção por agregar (ou não) ao primeiro os territórios de Gales, Escócia, Irlanda; assim como da opção (ou não) por agregar aos territórios dos dois reinos suas colônias de além-mar (muitas das quais sem fronteiras bem definidas). Da mesma forma, Petty nos lembra que, a depender do território considerado, tanto as medidas absolutas de riqueza, quanto as medidas relativas (per capita ou por área) elencadas para comparar os dois países variariam significativamente, podendo conduzir a conclusões diametralmente opostas³².

Mesmo sendo antiga a consciência do problema da

variabilidade (e confiabilidade) das estatísticas obtidas sobre unidades modificáveis, o tema só se tornará objeto de pesquisa sistemática a partir de meados do século passado. Em 1950, Yule e Kendall vão propor a diferenciação dos sistemas de análise estatística em dois grupos em função do padrão das **unidades** que perfazem a população objeto de estudo: 1) natural e indivisível; ou 2) artificial e passível de agrupamento ou subdivisão. De acordo com os autores, as unidades naturais e indivisíveis - como, por exemplo, os indivíduos de uma determinada forma de vida animal ou vegetal - tenderiam a apresentar padrões de distribuição mais estáveis e limites mais estreitos de dispersão. Diferentemente, as unidades artificiais - como, por exemplo, os municípios, regiões e nações - apresentariam padrões distributivos instáveis, assimétricos e heterogêneos, com maior probabilidade de ocorrências de *outliers*, vale dizer, de indivíduos que distam diversos desvios-padrões do valor médio da população. Assim é que enquanto a diferença entre o menor homem do mundo (0,56 m) e o maior homem do mundo (2,72 m) já registrados não alcança 5 vezes, a diferença entre a população do município menos populoso do Brasil (Borá, com 805 habitantes em 2010) e o mais populoso (São Paulo, como 11.244.369 no mesmo ano) é de quase 14 mil vezes. E enquanto a distribuição das alturas é normal, o número de municípios populosos (as metrópoles) é muito menor do que o número dos municípios com população abaixo da média, de sorte que a distribuição é marcadamente assimétrica à direita e apresenta características de bi-modalidade³³.

O debate aberto pela distinção de sistemas estatísticos proposta por Yule e Kendall foi extremamente produtivo. Inclusive na medida em que se desdobrou em propostas de enfrentamento da propensão à instabilidade e anormalidade das distribuições com indivíduos artificiais que se mostraram teoricamente inconsistentes. Os próprios autores que deram início ao debate

contemporâneo apontavam para uma solução que se mostrou equívoca: o privilegiamento, na medida das possibilidades, de indivíduos naturais em análises sociais. Assim, por exemplo, a distribuição da renda deveria ser analisada com base na renda do indivíduo, por oposição à renda de grupos de indivíduos. Mas se adotamos esta estratégia, os dependentes de uma família que não auferem qualquer renda monetária serão classificados no mesmo grupo dos adultos autônomos sem renda (desempregados sem salário desemprego ou qualquer transferência pública ou privada), independentemente dos primeiros terem acesso a um amplo conjunto de bens garantidos pela renda dos pais. E o problema mostra-se ainda mais complexo quando o foco de interesse é um grupo de famílias, por oposição a unidades familiares ou indivíduos. E este é, desde o início, nosso foco neste trabalho: a heterogeneidade de qualidade de vida, renda, riqueza, crescimento e desenvolvimento dos **territórios**, por oposição aos indivíduos e famílias. Neste caso, as unidades de análise são, por definição, artificiais e mutáveis. De sorte que os padrões distributivos das estatísticas territoriais devem ser marcados por grande instabilidade e anormalidade.

A complexidade da questão só veio plenamente à luz em 1979, após a publicação de um trabalho canônico de dois geógrafos britânicos, Stan Openshaw e Peter Taylor intitulado “Em torno de um milhão de coeficientes de correlação: três experimentos sobre o problema das unidades de área modificáveis”. Neste trabalho, foram resgatadas as informações da justiça eleitoral norte-americana acerca do percentual de votos no Partido Republicano nos 99 condados de Iowa nas eleições congressuais de 1968. Estas informações foram correlacionadas com o percentual da população com mais de 65 anos de idade de cada condado. A correlação encontrada é positiva e significativa e sua magnitude é 0,3466; o que nos leva a inferir que o Partido Republicano apresente uma

performance eleitoral menor nos condados onde a população idosa é percentualmente mais levada.

Buscando avaliar o impacto da regionalização adotada sobre os resultados estatísticos, os autores montaram um programa que gerava todas as possibilidades de agregação dos 99 condados em um mínimo de 6 e em um máximo de 72 áreas e calcularam as correlações entre o percentual da população idosa e o percentual de voto republicano. Como seria de se esperar, as correlações **variam** a depender do padrão de agregação das áreas. Mas o grau de variação superou todas as expectativas. No Quadro 2, a seguir, são apresentadas a menor e a maior correlação encontrada para distintos números e padrões de agrupamentos dos 99 condados de Iowa.

Na realidade, os resultados encontrados por Openshaw e Taylor demonstram que a mesma base de dados submetida a distintos padrões de agrupamento territorial geram resultados antagônicos. Se os 99 condados são reunidos em apenas 6 zonas (contíguas ou não) as correlações chegam a flutuar entre um mínimo de -0,999 e um máximo de 0,999. Em suma: basta **regionalizar “bem” para obter o resultado que mais convém.**

Quadro 2. Maiores e Menores Valores de Coeficientes de Correlação

Número de zonas ou grupos	Sistema de Zoneamento Contíguo		Agrupamento sem Contiguidade	
	Correlação		Correlação	
	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
6	-0,999	0,999	-0,999	0,999
12	-0,984	0,999	-0,999	0,999
18	-0,936	0,996	-0,997	0,999
24	-0,811	0,979	-0,994	0,999
30	-0,770	0,968	-0,989	0,999
36	-0,745	0,949	-0,987	0,998
42	-0,613	0,891	-0,980	0,996
48	-0,548	0,886	-0,967	0,995
54	-0,405	0,823	-0,892	0,983
60	-0,379	0,777	-0,787	0,983
66	-0,18	0,709	-0,698	0,953
72	-0,059	0,703	-0,579	0,927

Fonte: Openshaw e Taylor (1979), p. 130.

Desenvolvimentos e crise do Problema das Unidades de Área Modificáveis (MAUP)

O impacto inicial do trabalho de Openshaw e Taylor foi muito grande. Particularmente entre aqueles geógrafos, estatísticos, economistas e sociólogos que – na esteira de Petty – já refletiam sobre os vieses impostos pela regionalização nas estatísticas socioeconômicas. Para estes, a demonstração rigorosa e exaustiva

de que um mesmo sistema de dados processados em distintos padrões de regionalização pode gerar estatísticas de significado **diametralmente opostos** redefiniu os termos de suas próprias pesquisas. Em homenagem a este trabalho, a partir dos anos 80 do século passado, todos os vieses potencialmente impostos pelo padrão de regionalização sobre as estatísticas espaciais passaram a ser tratados como distintas manifestações do “MAUP”, sigla criada com base no subtítulo do trabalho já referido de Openshaw e Taylor³⁴.

Dentre os inúmeros desenvolvimentos da moderna produção teórica sobre o MAUP, nos interessa resgatar uma conclusão em particular, sobre a qual será estruturada nossa proposta de enfrentamento do problema. Ainda que não se tenha demonstrado o caráter exaustivo desta classificação, vários autores atentam para a necessidade de diferenciar dois padrões básicos de problemas associados à regionalização: o problema da agregação (em que escala tomar as informações?) e o problema da partição (qual a divisão territorial mais adequada?)³⁵. Cada um destes problemas enfoca as inferências **de forma distinta**. Ao viés imposto por fazer inferências para a parte com base nas estatísticas do todo, chamamos “falácia escalar”. Ao viés imposto pela agregação de áreas inconsistentes (essencialmente heterogêneas), chamamos de “falácia ecológica”³⁶. Vale a pena analisar estes dois problemas com mais atenção. Iniciemos pela falácia escalar.

Como se sabe, a renda per capita de municípios de grande concentração demográfica e que contam com sistemas industriais e de serviços de alta complexidade (regiões metropolitanas, por exemplo) usualmente supera a renda per capita de municípios menores e eminentemente rurais. Contudo, os municípios mais populosos e de economia diversificada também tendem a apresentar maior desigualdade interna da renda, cuja expressão geográfica é a

emergência de bairros (ou municípios satélites) de renda per capita inferior à média e muito inferior à renda per capita dos bairros privilegiados pela elite econômica (ou subúrbios, que podem obter autonomia política e se constituir como novos municípios). Nestes casos, deve-se evitar qualquer inferência extraída de informações agregadas para uma parte do todo, mesmo quando o desvio-padrão é conhecido. O ideal é contar com estatísticas desagregadas, que serão confrontadas com as estatísticas agregadas para se ter uma apreensão rica do “todo e das partes”. O que importa entender é que as inferências sobre o todo e sobre as partes devem se basear em informações estatísticas específicas e diferenciadas.

A assim chamada “falácia ecológica” também está referida a um problema de agregação de sub-regiões desiguais. Mas ela difere da anterior em um ponto crucial: enquanto a macrorregião da falácia escalar é (por assim dizer) “legítima”, a agregação da “falácia ecológica” é equívoca. Um exemplo pode ajudar à compreensão da distinção. Imaginemos um município onde todos os cidadãos plenamente integrados à ordem econômica e política dominante são alfabetizados, mas que conta com uma comunidade “quilombola”, que perfaz 20% da população do mesmo, cuja totalidade dos seus membros não conta com qualquer educação formal, de sorte que todos são analfabetos funcionais. Afirmar que 20% da população deste município é analfabeta é incorrer em “falácia ecológica”. O vício de origem se encontraria em tomar uma unidade essencialmente formal (a área do município) como uma unidade substantiva, desconhecendo o fato de que as duas comunidades são reciprocamente estranhas e essencialmente distintas.

A distinção é deveras importante. Mas ela não é mutuamente exclusiva: a área de intersecção (ou de limbo) entre as falácias escalar e ecológica é bastante ampla. Tomemos o último exemplo

por referência. Se a educação básica for obrigação do governo municipal, a afirmação de que 20% da população do território é analfabeta não é meramente formal, mas real: é responsabilidade do conjunto dos munícipes enfrentar a realidade de uma comunidade que tem de ser reintegrada ao corpo social.

Os desdobramentos desta ambivalência podem ser melhor entendidos com um novo exemplo. Imaginemos um território que conta com quatro centros urbanos onde se concentram a maior parte dos equipamentos e serviços de saúde, educação, cultura, lazer, transporte e energia. Imaginemos que este território é dividido em quatro regiões, cujos nomes são “A”, “B”, “C” e “D”. Nos dois “Quadro-Mapas” reproduzidos logo a seguir, representamos este território. Os asteriscos representam os centros urbanos e as regiões são representadas por seus “nomes-letras” associados a distintas tonalidade de fundo.

No primeiro Quadro-Mapa todos os centros urbanos se concentram na região “A”; no segundo Quadro-Mapa impusemos uma redefinição da área abrangida por cada região de forma que cada uma delas passa a contar com um centro urbano capaz de oferecer os mais diversos serviços. Na primeira representação, a desigualdade regional é extrema. Na segunda, as quatro regiões são igualmente contempladas com sistemas urbanos e de serviços, e o desenvolvimento regional mostra-se perfeitamente homogêneo. **As conclusões antagônicas não resultam de qualquer realocação das atividades econômicas, mas da mera redefinição da divisão regional.**

Quadro 3. Efeito de Distintas Regionalizações de um Mesmo Território Sobre os indicadores de Distribuição Espacial dos Equipamentos

Regionalização 1			Regionalização 2		
Mapa 1: Grandes Desigualdades			Mapa 2: Desenvolvimento Homogêneo		
C		B	C		B
D	*	*	D	*	*
	*	*		*	*
A			A		

Legenda: Letras A, B, C, D = regiões; * = centro urbano.

Fonte: Ávila e Monastério (2006)

Ora, esta representação visual do MAUP é, simultaneamente, a expressão sintética de sua importância e da ambiguidade de seus desdobramentos lógicos e teóricos. Desde logo, parece evidente que o problema do exemplo acima é de “partição”. Só que não há como definir qual a partição adequada e qual a falaciosa. Mas isto não é tudo. O mais importante, é que não há como garantir que – a despeito das aparências – o problema de fundo seja escalar e que não se manifeste como tal por que os pesquisadores não tomam a macrorregião resultante de “A + B + C + D” como uma região real. Vale dizer: talvez o problema se encontre na pretensão **equivocada** de que a concentração de todos os equipamentos urbanos complexos na Região A (Quadro-Mapa 1) seja excludente e pernicioso aos usuários de B, C e D; quando, de fato, este pode não ser o caso³⁷.

A distinção entre falácia escalar e falácia ecológica pressupõe a distinção entre macrorregiões (agregações de regiões menores) consistentes e inconsistentes. E, de forma ainda mais

geral, a própria categoria “falácia” pressupõe a possibilidade de hierarquizar informações estatísticas espacializadas por sua adequação à realidade e/ou capacidade de traduzir alguma “essência” ou “verdade” territorial.

Ora, dificilmente se encontraria época menos propícia para a difusão e consolidação de um projeto de classificação e hierarquização de regionalizações em “falaciosas” e “não-falaciosas” do que os anos 80 do século passado. Esta é, justamente, a década da crise do planejamento keynesiano e socialista e, por extensão, a década em que o neoliberalismo passa a hegemonizar o campo da política econômica e o desconstrucionismo pós-moderno ganha predominância na academia. No bojo destas crises e críticas, um tema particularmente caro ao planejamento tecnocrático dos anos 60 e 70 será banido das agendas acadêmica e política: a busca da regionalização científica do território com vistas ao ordenamento da ação pública e à distribuição espacial de órgãos, equipamentos e representações do Estado³⁸.

Em um artigo intitulado “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região” Bourdieu sintetiza o novo discurso crítico. Recuperando a etimologia comum dos termos *reger*, *reglar* e *regionalizar*, Bourdieu afirma:

A *regio* e as suas fronteiras (*fines*) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz *fines*), em impor a definição (outro sentido de *finis*) legítima, conhecida e reconhecida das fronteiras e do território, em suma, o princípio de divisão legítima do mundo social (Bourdieu, p. 114).

O fato de um autor, tão resistente às modas como Bourdieu, virtualmente identificar regionalização, exercício de poder e ideologia revela o grau de descrédito a que chegou o projeto de fundar a divisão regional para fins de planejamento em bases científicas.

No plano da aparência, este movimento crítico é diametralmente oposto à identificação do MAUP e de classificação das falácias de regionalização. E, de fato, há tensão entre as duas perspectivas. Mas esta tensão está longe de ser insuperável. E isto porque **os geógrafos e estatísticos que trouxeram à luz o MAUP e classificaram os vieses que distintas regionalizações imporiam a distintas estatísticas não alcançaram qualquer acordo em sua pauta positiva**. Vale dizer: eles demonstraram que a regionalização adotada influencia os resultados e exploraram logicamente os vieses e falácias possíveis. Mas não forneceram um único argumento para privilegiar um método de divisão regional sobre outro. No limite, poder-se-ia pretender que todas são igualmente boas ou igualmente más. Todas viesam, de uma forma ou de outra.

Ora, esta é justamente a conclusão a que chegam aqueles que identificam regionalização, exercício de poder e ideologia: não existem regionalizações mais legítimas do que outras; todas são mero exercício de dominação. E se se chega ao mesmo lugar por um caminho mais fácil (e aparentemente mais rico, pois define a impossibilidade de solução), por que percorrer o tortuoso caminho dos testes estatísticos voltados a distinguir e classificar vieses?

O resultado desta surpreendente conciliação de opostos foi que os críticos da regionalização por sua dimensão ideológica se desobrigaram de entender, comentar, difundir ou divulgar o MAUP. De sorte que a maioria dos novos geógrafos, economistas regionalistas, estatísticos regionalistas, especialistas

em desenvolvimento regional e políticas públicas continuam completando seus cursos de graduação e pós-graduação sem travar contato com o extraordinário programa de pesquisa que ainda se desenvolve em torno deste instigante problema.

Uma proposta de enfrentamento do MAUP a partir de North e Marshall

As hegemonias irmãs - pós-moderna e neoliberal – não conseguiram calar os defensores do planejamento. Mesmo acuados, marxistas, keynesianos e heterodoxos de todos os feitios continuaram a assolar os portões e muralhas dos novos consensos em inúmeras frentes. Mas não conseguiram (nem mesmo tentaram!) fazer a defesa da regionalização científica. Por quê?

Aparentemente, a resposta se encontra no fato de que a proposta de regionalização dominante até os anos 70 era, efetivamente, tecnocrática e ideológica. Na realidade, a despeito do verdadeiro culto a Smith, a retomada de suas teses por North nunca foi bem recebida nos meios heterodoxos. Em especial, a defesa da centralidade das exportações agropecuárias e a crença na possibilidade de superação da polarização satelitizadora soavam como demasiado ortodoxas para qualquer latino-americano educado na tradição cepalina. E a França havia oferecido um regionalista cujas proposições pareciam muito mais consistentes com as diversas heterodoxias, de Marx à Cepal, passando por Keynes e Schumpeter: François Perroux.

Já apontamos como as teses de Perroux (em especial, quando integradas às teses de Myrdal) levam diretamente à defesa de políticas exogeneistas de “modernização” das regiões atrasadas. Também apontamos para o fato desta construção

desembocar diretamente na identificação das cidades como núcleo motor do desenvolvimento. Cabe, agora, trazer à luz a proposta de regionalização “científica” desta tradição: a determinação das áreas polarizadas pelos centros urbanos no interior de algum modelo gravitacional e de hierarquização de cidades.

Esta proposta de regionalização não é apenas simplória. Ela simplesmente suprime a **diferença** na determinação das regiões. Tudo se torna uma questão de quantidade: número de pessoas, número de serviços, número de equipamentos, número de comunicações, número de viagens, etc. E o mais irônico é que a simplicidade quantitativa do modelo se transforma no principal argumento para sua universalização: ele cabe em todo o lugar e é sempre igual em todas as partes. Claro, pensamos aqui apenas no princípio básico do sistema. Este deve ser ajustado a cada caso. Mas aqui se encontra exatamente o centro do problema: **tudo o que se acrescenta ao princípio básico é contingente, circunstancial. Princípio universal só há um: a hierarquia de cidades.** Afinal, a cidade é o centro da reflexão, da pesquisa, da política, dos serviços, da cultura, do lazer, do comércio, das trocas, da integração, da produção industrial, dos transportes, da tecnologia, de tudo, enfim.

É fácil perceber que as conclusões que se extraem do modelo smitho-northiano de desenvolvimento regional endógeno são muito distintas. Desde logo, porque a agropecuária (e, por extensão, o rural) recupera centralidade neste modelo. Para North, não se pode avaliar o núcleo dinâmico de um território a partir da participação das distintas atividades no PIB. Um território cujo PIB agropecuário corresponde a 10% (ou menos) do total, o PIB industrial corresponde a 40% do total e o PIB de serviços corresponde aos 50% restantes, pode ter seu núcleo dinâmico na agricultura. Este será o caso sempre que os serviços sejam integralmente voltados ao atendimento do mercado local

(atividades multiplicativas ou reflexas) e a indústria encontra-se dividida em duas partes: a que se volta ao mercado local (por exemplo: padarias, vestuário, etc) e a que beneficia bens da agropecuária local para a exportação. Neste caso, a última equação do modelo de North apresentado no capítulo anterior assume uma forma particular: o valor de “X” passa a ser identificado ao valor das matérias-primas agropecuárias e o parâmetro “ β ” assume valores acima da unidade independentemente do grau de integração à montante, desde que a integração à jusante (beneficiamento) seja significativa.

$Y_d = \beta X / (1 - w)$; onde $\beta > 1$ e X = valor das matérias-primas.

A vantagem de dar esta interpretação ao modelo é que ela nos permite definir o escopo das regiões periféricas (por oposição aos grandes centros metropolitanos, que perfazem uma região em si e funcionam como polos de um amplo território) a partir da relação entre a produção rural e beneficiamento urbano. Tal como propõe North:

Para os propósitos **dos economistas**, o conceito de uma região deveria ser redefinido, a fim de salientar que a coesão unificadora de uma região, **acima e além das semelhanças geográficas** [físicas], é seu desenvolvimento em torno de uma base de exportação comum. É isso que a torna unificada economicamente e vincula as riquezas de área. Isso tende a resultar no desenvolvimento interdependente de **economias externas** dentro da região e a **unificar esforços políticos** visando a ajuda governamental ou a reforma [das instituições] política[s]. O geógrafo enfatizou as **funções distributivas dos centros nodais** de uma região, mas o papel do centro nodal no suprimento de economias externas para

as indústrias de exportação é igualmente importante. (North, 1954, p. 312. Os negritos são meus.)

Há todo um conjunto de verdadeiros achados nesta curta passagem. Em primeiro lugar, North explicita um ponto da maior importância: **a regionalização econômica não exclui, nem se submete a outras regionalizações que podem ser igualmente válidas, dados seus propósitos específicos**. Não se trata de propor “a” regionalização “correta”. Trata-se, tão somente, de **propor a regionalização que minimize os riscos de se incorrer em “falácia ecológica” na identificação das atividades dinamizadoras**. Por exemplo: a dinâmica **econômica** do já referido município de Santa Cruz do Sul está diretamente ligada à dinâmica da indústria de tabaco. Da mesma forma, a dinâmica de cada município do entorno que produz esta matéria-prima está vinculada à dinâmica dos demais e do polo de Santa Cruz. O que nos permite identificar uma “região fumicultora” de dinâmica profundamente solidária³⁹.

Na sequência, North chama a atenção para o fato de que a região econômica não desconhece a homogeneidade física (nem poderia, dado que as especializações agropecuárias são vinculadas à mesma), mas não parte **diretamente** desta. Outras regionalizações potencialmente legítimas devem partir destes indicadores. Por exemplo: as bacias hidrográficas parecem ser o ponto de partida natural de uma regionalização ambiental e devem organizar um sistema de gerenciamento e fiscalização dos usos e abusos do meio ambiente. O que não significa que devamos submeter todas as regionalizações às bacias hidrográficas.

De outro lado, o reconhecimento da multiplicidade das regionalizações “não-falaciosas” se articula com o reconhecimento dialético de vínculos entre a regionalização econômica e variáveis primariamente não-econômicas. Assim é que North

chama a atenção para a importância dos aspectos geofísicos na especialização produtiva básica, resgata explicitamente os interesses políticos comuns de um território que comunga de uma mesma base produtiva e reconhece as funções articuladoras dos polos urbanos no fornecimento dos mais diversos serviços. Só que, ao resgatar os polos, introduz uma exigência a mais no sistema tradicional de hierarquia gravitacional urbana: **a de que os polos se articulem produtivamente com a sua periferia, oferecendo insumos e processando matérias-primas.** A centralidade desta contribuição encontra-se no fato de que ela abre espaço para uma distinção fundamental entre polos regionais e polos multiescalares (ou sem região). Os primeiros são centros de beneficiamento e de fornecimento de serviços a um entorno produtivo determinado. Os segundos servem a distintas regiões, podendo apresentar vínculos tão ou mais fortes com territórios distantes quanto com o próprio entorno⁴⁰.

Por fim, North chama a atenção para a necessidade de se pensar a regionalização econômica não apenas a partir da realidade atual, mas das possibilidades de trajetória regional abertas pelas economias externas. North está antecipando aqui o resgate que será feito nos anos 80 da teoria marshalliana dos distritos industriais e que redundará no projeto de desenvolvimento endógeno com base em Arranjos Produtivos Locais (APLs).

É deveras instigante que os estudos regionais dos anos 80 sejam marcados, simultaneamente, pela crise do projeto tecnocrático de regionalização e pela retomada e desenvolvimento da teoria marshalliana dos “territórios inteligentes”. Afinal, os dois desenvolvimentos têm sentidos opostos. Enquanto o primeiro deságua na pretensão de Bourdieu de que toda a regionalização seria uma imposição assentada sobre construções ideológicas, o segundo deságua na pretensão de que as regiões, longe de serem

constructos abstratos, seriam “unidades artificiais reais”⁴¹. O mais interessante é que, a despeito desta contradição intestina, há analistas que se pretendem signatários das duas perspectivas. Como isto é possível?

Desde logo, há analistas cujo compromisso com as modas (e, de preferência, com todas elas) é tão grande quanto o descompromisso com a lógica. Mas mesmo se deixamos estas tristes figuras de lado, ainda encontraremos quem pretenda concordar, simultaneamente, com Marshall e Bourdieu. Como?

Quer nos parecer que o ponto de partida para responder à pergunta anterior encontre-se nas distintas interpretações possíveis da categoria “inteligência territorial” e nas distintas possibilidades de hierarquização das economias externas e de seus impactos para o desenvolvimento de longo prazo. Afinal, os modelos exogeneistas de Perroux e Barquero estão inteiramente baseados nas externalidades geradas por polos e atividades inovadoras. Mas, nestes autores, as externalidades serão tão mais relevantes para o desenvolvimento do território quanto mais universais elas forem: equipamentos logísticos e de comunicação de uso geral, centros de P&D, Universidades, Parques Tecnológicos; enfim, tudo o que sustente um *milieu innovateur* no sentido geral e universal, com um mínimo de enraizamento em produtos e cadeias “tradicionais”.

Diferentemente, em Smith, Marshall e North – como, aliás, em toda a tradição analítica anglo-saxã e protestante – fazer e saber são indissociáveis. A inovação é um desdobramento do conhecimento; mas o conhecimento real, operativo, transformador é um desdobramento da atividade, do trabalho, da produção. Para o anglo-saxão protestante e empirista o *learning* resulta do *doing*⁴². De sorte que, para a tradição anglo-saxã, os territórios inteligentes são territórios caracterizados pela dedicação a algumas atividades

bem determinadas. Nas palavras de Marshall, quando um determinado território especializa-se em determinadas atividades

“os segredos da profissão deixam de ser segredos, e, por assim dizer, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número deles. Aprecia-se devidamente um trabalho bem feito, discutem-se imediatamente os méritos de inventos e melhorias na maquinaria, nos métodos e na organização geral da empresa. Se um lança uma ideia nova, ela é imediatamente adotada por outros, que a combinam com sugestões próprias e, assim, essa ideia se torna uma fonte de ideias novas”. (Marshall, [1890], 1982; p. 234).

Como bem o sabe Marshall, estas atividades nucleares demandam insumos e beneficiamentos, alimentando a diversificação do tecido produtivo em uma rede de atividades associadas de grande complexidade; algumas das quais apresentam potencial de uso bastante geral. Mas o núcleo dinamizador do sistema, o coração da “máquina social”, não se encontra nos equipamentos de uso universal (por exemplo: sistemas logísticos ou comunicacionais) ou na fronteira da pesquisa científica universitária. O fato das atividades propulsivas se organizarem em sistemas cada vez mais complexos – sob a forma de cadeias, arranjos produtivos e sistemas locais de produção - **não** implica necessariamente (malgrado exceções) em superação da especialização regional. Da perspectiva de North e Marshall, mesmo sistemas regionais cuja diversificação foi levada muito longe usualmente continuam a contar com atividades nucleares. E estas atividades – integradas verticalmente aos sistemas produtivos primários – vão definir a extensão, a forma

e a dinâmica do território. Vão definir as regiões econômicas. Vão definir as partições e agregações legítimas (no plano econômico), por oposição às falaciosas.

Conclusão

O trabalho de Openshaw e Taylor escancarou uma porta que sempre esteve entreaberta e por cuja fresta muitos espiaram. Todos os que vislumbraram o interior da alcova conheciam a assimetria da relação entre estatística e regionalização. A primeira era dominada pela segunda. Também sabiam que a única forma de controlar o controle da região sobre os resultados era controlando a própria divisão regional. E, corretamente, estes analistas criticaram os que abriam mão de qualquer questionamento ao padrão de regionalização. Três anos antes do revolucionário experimento de Openshaw e Taylor, William já afirmava:

“Nenhum estatístico que se preze tomaria em um estudo um conjunto arbitrário de indivíduos como sua amostra, sem qualquer questionamento posterior dos critérios de eleição. Da mesma forma, **esperamos que os dias estejam contados para pesquisadores das ciências regionais que produzem sistemas de zoneamento saídos da cartola, e operam com os mesmos sem nenhuma consciência das implicações do grupamento sobre os resultados de suas investigações**” (Williams, 1976, p. 143; o negrito é meu).

Infelizmente, o desejo anunciado por Williams não se realizou. De sorte que nos dias atuais, tal como há quarenta anos atrás, as regionalizações continuam sendo geradas em cartolas. E nem poderia ser diferente. O problema de fundo parece ser o

fato de que **o programa de pesquisa do MAUP se embasa em um grave equívoco: a expectativa de que sua solução pudesse emergir dos “pesquisadores das ciências regionais”**. Mas não pode. Não se pretendemos que estes pesquisadores perfaçam uma unidade. Não se pretendemos que alguns (geógrafos? estatísticos? economistas? ambientalistas? planejadores? educadores? criminalistas? sociólogos?) pesquisadores, a partir de alguma metodologia “científica”, deveriam produzir “a” regionalização correta. Este é o programa dos tecnocratas exogeneistas. Este é o fetiche que tem de ser banido.

A questão da regionalização “não-falaciosa” não é uma questão que pode ser posta independentemente do objeto particular do regionalizador. A regionalização econômica é uma. A regionalização da gestão ambiental é outra. A regionalização mais adequada à gestão da saúde ou da educação ou da segurança pública são outras, terceiras, quartas e quintas.

Tal como North procurou demonstrar, se buscamos acompanhar/projetar/planejar/ a dinâmica econômica dos territórios, **a regionalização pertinente será a que resgata e diferencia as determinações da dinâmica econômica regional**. E estas são: 1) o número, a distribuição espacial e a taxa de crescimento das atividades propulsivas num dado território; 2) o padrão de distribuição, absorção local e destinação da renda do território; 3) as características técnicas das atividades e cadeias produtivas que impulsionam (ou circunscrevem) o adensamento e complexificação das cadeias propulsivas regionais e sua transformação (ou não) em Arranjos Produtivos Locais; e 4) a capacidade das lideranças empresariais e dos trabalhadores que atuam nas atividades (e/ou cadeias; e/ou APLs) propulsivas e multiplicativas de reconhecerem os desafios interpostos ao desenvolvimento do território e articularem os instrumentos

necessários a superação dos mesmos.

Esta última dimensão – referida à consciência política que o território tem de si - da regionalização econômica pertinente é a mais complexa de avaliar. Felizmente, ela é precedida de dimensões quantificáveis. E o fato da quarta dimensão não ser rigorosamente quantificável, não impede sua apropriação e avaliação empírica. Mostrar como se deve mensurar o mensurável e como se pode avaliar empiricamente o incomensurável no interior de uma estratégia de planejamento do desenvolvimento regional endógeno é o objetivo da segunda parte deste trabalho.